



agro-
NEGÓCIO

Armando Luiz Rovai
ORGANIZADOR

*Da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, com ênfase na atividade
negocial e no agronegócio*

agro- NEGÓCIO

*Da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, com ênfase na atividade
negocial e no agronegócio*

agro-
NEGÓCIO

Armando Luiz Rovai
ORGANIZADOR

*Da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, com ênfase na atividade
negocial e no agronegócio*





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.
Copyright © 2020, Os autores.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Nathalia Torres
(Imagem via Rawpixel)

Diagramação Bárbara Rodrigues



ibrachina

instituto sociocultural
Brasil • China

Catálogo na Publicação (CIP)

A281 Agronegócio : da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, com ênfase na atividade
negocial e no agronegócio / Armando Luiz Rovai (org.). - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo
: D'Plácido, 2020.

392 p.

ISBN 978-65-5589-072-3

1. Direito. 2. Direito Ambiental. I. Rovai, Armando Luiz, 1969-. II. Título.

CDDir: 341.347

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Autores

Coordenação

Armando Luiz Rovai

Apresentação

Ministro Antonio Cabrera

Prefácio

Gianpaolo Poggio Smanio

Participantes

Alberto Murray Neto

Amanda de Castro Antunes

Ana Paula Bagaiolo Moraes

Ana Vitória Franceschi

Anna Gabriela Rebouças

Allan Antonio

Armando Luiz Rovai

Arthur Rapchan Bezerra

Beatriz Galvão de Barros

Beatriz Spitti Mendes da Silva

Caio Mimessi Fransani

Ciro Sicurato Gomes

Cláudio Finkelstein

Ecio Perin Junior

Felipe Figuerola Tenerelli

Fernando Franco de Paula

Flávio Machado Barbosa

Giovanna Navarro

Guilherme Carramaschi de

Araujo Cintra

Guilherme Pereira Alves

Isabella Ortiz Gomes

*Jeanicolau Simone de
Lacerda*

João Marcelo Novaes Risi

João Pedro Sab Zacharias

João Petroni

*Josiane Fernandes Carvalho
Tesser*

Leonardo Arruda Yu

Luiz Fernando Visconti

*Luiz Octavio Gonçalves
Carvalho*

Maria Eugênia Finkelstein

Mariana Rossi de Souza

Paulo Sérgio Nogueira Salles Jr

Pedro A. L. Ramunno

Pedro Falkemback Farina

Rafael Molinari Rodrigues

Raquel Gonçalves Camargo

Ricardo Martins Amorim

Rodolfo Ricco Moro

Thaís da Silva Lima

Thomas Law

Valter Augusto Di Profio Felix

Vicente Bagnoli

Victor Rodini Issa

Vittorio Angotti Ledier Rocha

Vladimir Fernandes Maciel

Walfrido Warde

Sumário

Apresentação	11
Prefácio	13
Introdução	17
1. Da relevância empresarial da declaração de direitos de liberdade econômica, lei 13.874/2019, no cenário negocial do agronegócio brasileiro	25
<i>Armando Luiz Rovai</i> <i>Paulo Sérgio Nogueira Salles Júnior</i>	
2. A Dupla Crise do Empresário Rural	43
<i>João Marcelo Novaes Risi</i> <i>Pedro A. L. Ramunno</i>	
3. A Recuperação Judicial e o agronegócio: uma análise acerca da possibilidade da aplicação desse instituto ao produtor rural	57
<i>Flávio Machado Barbosa</i> <i>Guilherme Pereira Alves</i> <i>Pedro Falkemback Farina</i> <i>Thaís da Silva Lima</i>	
4. Investimento nacional no agronegócio brasileiro	65
<i>Felipe Figuerola Tenerelli</i> <i>Fernando Franco de Paula</i> <i>Victor Rodini Issa</i>	

5. Trading companies. Características básicas e aspectos legais.....77

Valter Augusto Di Profio Felix

Ciro Sicurato Gomes

Leonardo Arruda Yu

6. Brasil, China e Hong Kong: o que podemos aprender sobre liberdade econômica?.....89

Vladimir Fernandes Maciel

Allan Antonio

7. Código Florestal e o Agronegócio Brasileiro.....107

Amanda de Castro Antunes

Josiane Fernandes Carvalho Tesser

Mariana Rossi de Souza

8. A Sustentabilidade no Agronegócio Brasileiro.....115

Beatriz Spitti Mendes da Silva

Isabella Ortiz Gomes

Raquel Gonçalves Camargo

9. Agrotóxicos: Aspectos jurídicos e possíveis impactos Enfoque analítico sobre as delimitações do pl n° 6.299/02 E da lei n° 7802/89.....127

João Pedro Sab Zacharias

10. Aspectos Jurídicos na Logística do Agronegócio no Brasil.....145

Luiz Octavio Gonçalves Carvalho

Beatriz Galvão de Barros

Ana Vitória Franceschi

11. A manutenção da Propriedade rural pela legislação vigente: planejamento sucessório do patrimônio rural de produtores.....155

Vittorio Angotti Ledier Rocha

12. Do dever de aplicação do “estatuto da terra” a todos os contratos agrários típicos, até que sobrevenha lei que o revogue, e do precedente da terceira turma do superior tribunal de justiça.....161

João Guilherme Monteiro Petroni

13. Transações Imobiliárias no Brasil e Aquisição de terras rurais por entidades estrangeiras.....175

Alberto Murray Neto

14. A ordem econômica constitucional e a atuação do Estado frente ao uso de combustíveis renováveis: perspectivas do programa RenovaBio.....183

Ana Paula Bagaiolo Moraes

Vicente Bagnoli

15. O investimento estrangeiro no agronegócio sob o prisma do liberalismo econômico.....203

Anna Gabriela Rebouças

Arthur Rapchan Bezerra

16. O Meio Ambiente e a atividade agrícola no Brasil.....213

Guilherme Carramaschi de Araujo Cintra

Rodolfo Ricco Moro

17. Mineração e Agronegócio no Brasil e no mundo – características, semelhanças e intersecção.....225

Luiz Fernando Visconti

Caio Mimessi Fransani

18. Comentários acerca do impacto da Covid-19 nos Contratos Internacionais de Commodities Agrícolas entre o Brasil e a China uma análise dos riscos imprevisíveis: art. 79 da CISG, cláusula hardship e força maior.....241

Thomas Law

19. Dos títulos utilizados pelo agronegócio.....285

Maria Eugênia Finkelstein

**20. A aplicação da CISG na compra e venda internacional
de commodities agrícolas.....315**

Cláudio Finkelstein

**21. Agronegócio e a liberdade econômica - Mercado da
madeira tropical e a liberdade econômica.....329**

Jeanicolau Simone de Lacerda

**22. Agronegócio e seus desdobramentos durante a
pandemia do Covid-19.....345**

Paulo Sérgio Nogueira Salles Júnior

Giovanna Navarro

**23. A influência de um conceito econômico no desfecho de
um litígio que pode impactar considerável parcela do
setor sucroalcooleiro.....355**

Ricardo Martins Amorim

**24. Breves delineamentos sobre a arbitragem no
agronegócio.....371**

Walfrido Warde

Rafael Molinari Rodrigues

**25. A liberdade econômica e o reflexo das insolvências
transnacionais, em um ambiente de globalização.....379**

Ecio Perin Junior

Apresentação

*“Comerás, e te fartarás, e louvarás o SENHOR, teu Deus,
pela boa terra que te deu.”*

Dt 8:10

As vezes a rotina diária nos impede de entender o que nos rodeia. É o caso do supermercado, um estabelecimento no Brasil que geralmente exhibe mais de 20 mil itens nas suas prateleiras e cujos produtos chegam a tempo para a reposição, quando e onde forem necessários, todos os dias. É um exemplo de liberdade econômica sem a mínima interferência do governo.

Neste sentido, é muito bem-vindo esta obra “Da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, com ênfase na atividade negocial e no Agronegócio”, coordenado pelo Professor Armando Luiz Rovai e com a importante participação do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica.

É preciso deixar claro que é a economia de mercado que dá vida a pessoas que de outra forma não teriam existido. Hoje somente se sobrevive através do livre mercado, pois a produção de alimentos é o primeiro lugar onde a economia planejada não funciona: vide a situação da Venezuela onde até os animais em zoológico serviram de alimento para a população.

Reforçando, deixe-me contar que em setembro de 1989, Boris Yeltsin, então recém-eleito ao Soviete Supremo da antiga União Soviética tinha acabado de visitar o Centro Espacial da Nasa. Mas o que mais impressionou o líder soviético não foram as telas ou as maravilhas da Nasa, mas sim uma visita não programada a um simples supermercado.

Ele ficou especialmente encantado com os iogurtes resfriados.

“Nem mesmo no *Politburo* temos essas opções. Nem mesmo o Sr. Gorbachev”, ele disse.

Na viagem de retorno, ele estava abatido. Ele não conseguia parar de pensar sobre a abundância de comida naquelas prateleiras.

Anos mais tarde, na sua autobiografia, ele descreveu que aquela experiência em um supermercado nos EUA destruiu a sua visão sobre o socialismo.

Ele escreveu:

“Quando eu vi aquelas prateleiras abarrotadas com centenas, milhares de latinhas, embalagens e produtos de todos os tipos possíveis, pela primeira vez eu me senti, francamente, bastante mal com o desespero do povo soviético. (...) que um país potencialmente tão rico como o nosso foi levado a tal estado de pobreza! É terrível só de pensar”.

Dois anos depois, ele deixou o Partido Comunista e começou a fazer reformas para mudar a maré econômica na Rússia.

Sim, você pode culpar aqueles deliciosos iogurtes em um supermercado por isso.

Assim, lembre-se, uma simples visita a um supermercado, pode realçar a importância a liberdade econômica para nossos campos.

Como a agricultura baseada no conhecimento deverá amanhã estar na linha de frente do progresso econômico, este livro é uma importante contribuição para auxiliar o Brasil na sua vocação mais clara: produzir alimentos. Atualmente, nossos campos produzem comida para quase 2 bilhões de pessoas em mais de 180 países. E nada disto seria possível sem a economia de mercado.

É, pois, com prazer que saúdo esta coletânea de artigos sobre o impacto da liberdade econômica em nosso setor rural.

Guimarães Rosa já ensinava que “o sertão é do tamanho do mundo.” Mais do que isto, nosso agronegócio permite afirmar que só tem medo da fome quem não conhece o Brasil.

Boa leitura.

Antonio Cabrera

Ministro da Agricultura (1990-1992)
Presidente do Comitê Gestor do Centro Mackenzie
de Liberdade Econômica
www.trabalhoefe.com.br

Prefácio

Honra-me, profundamente, prefaciá-la obra “*Da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, com ênfase na atividade negocial e no Agronegócio*”, produzida pelo Grupo de Estudo da Liberdade Econômica e do Agronegócio, da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, coordenado pelo Professor Armando Luiz Rovai, com a importante participação do Centro de Pensamento de Liberdade Econômica da Universidade Presbiteriana Mackenzie, nas pessoas dos Professores *Vladimir Fernandes Maciel e Allan Antonio*, cuja contribuição neste livro, com o artigo “*Brasil, China e Hong Kong: o que podemos aprender sobre liberdade econômica?*” evidencia o fortalecimento da parceria da Faculdade de Direito com o importante e avançado polo de pensamento econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie – único no país – caracterizado por sua excelência na pesquisa e na sua profícua produção acadêmica.

Importante mencionar que o trabalho trata de um dos temas mais atuais e relevantes no cenário negocial brasileiro, relacionando o agronegócio com a *Lei de Declaração de Direitos de Liberdade Econômica* (Lei 13.874/2019).

Quanto à relevância e pertinência do assunto, evidente salientar que, especificamente, o agronegócio representa significativo quinhão de nosso produto interno bruto (PIB), sendo que mesmo em momentos de crises agudas é o maior protagonista no cenário das exportações brasileiras, principalmente, no que toca às commodities que refletem cifras bilionárias em termos de transações internacionais.

Só para se ter uma ideia, neste ano de 2020, carimbado pela tragédia da pandemia global, as exportações do setor chegaram a 10 bilhões de dólares mensais, um recorde, comparado ao mesmo período do ano de

2019, segundo matéria publicada no Editorial do Jornal O Estado de São Paulo em 11 de Junho de 2020.

Desta forma, o Grupo de Estudo da DECLARAÇÃO DE DIREITOS DA LIBERDADE ECONÔMICA, com ênfase na atividade negocial e no Agronegócio da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, através de seus integrantes (professores, alunos e colaboradores externos), com a produção e realização desta obra conseguiram compilar artigos sobre o tema, das mais diversas vertentes, a fim de explanar e abordar todas as searas que o assunto pode atingir.

O livro, ainda, traz uma importante reflexão sobre a Lei *de Liberdade Econômica* aduzindo a importância da simplificação e da desburocratização no sistema empresarial e negocial, almejando uma relação jurídica mais segura e previsível, o que, por via de consequência, obriga a uma maior serenidade quanto ao comportamento que deve ser dispensado no cumprimento dos contratos, para melhorar os investimentos internacionais e acentuar o ambiente de negócios.

Neste diapasão, o livro, também, demonstra quais títulos são comercializados junto ao agronegócio, bem como a importância da manutenção da atividade quando abordado o tema acerca das *Tradings Companies* e da Convenção das Nações Unidas para cumprimento dos acordos bilaterais firmados entre empresas.

Não há como deixar de consignar que a obra aborda a importância de incentivos para o implemento de novas tecnologias, ambicionando uma grande captação de investimentos estrangeiros e da possibilidade de aquisição de terras por empresas estrangeiras, a fim de desenvolver a tecnologia do agronegócio no país.

Com evidente importância no momento atual, diversos outros artigos versam sobre a necessidade da manutenção da atividade do agronegócio em consonância com a preservação do meio ambiente, constatando que não se pode tolerar medidas de devastação do meio ambiente, visto tratar-se de um direito fundamental de terceira geração não havendo qualquer hipótese que permita sua deterioração e devendo-se utilizar de racionalidade, diligência, idoneidade, probidade, e inteligência administrativa na sua condução.

À luz do momento histórico que presenciamos, o livro conta com artigos sobre a perspectiva desta atividade produtiva em momentos de pandemia, bem como da possibilidade de aplicação do instituto da recuperação judicial ao produtor rural, sendo uma forma bastante eficaz de propiciar condições mais favoráveis para saída da crise.

Citei, enfim, apenas, alguns dos temas que são notavelmente relevantes aqui tratados, tendo a certeza que a leitura será de grande valia aos professores, advogados, estudantes e operadores do direito e até mesmo de outras áreas, como administração, economia e meio ambiente, observando ser esta uma publicação multidisciplinar, compilando os principais pontos do assunto junto a vasta experiência dos seus participantes. Trata-se, pois, de uma leitura essencial para o desenvolvimento da atividade negocial e, principalmente, do agronegócio no Brasil.

Gianpaolo Poggio Smanio

Doutor em Direito PUC/SP. Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor Titular da Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado. Foi PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO por dois mandatos – 2016/2020.

Introdução

Isaías 41:10 – “Nada temas, porque estou contigo, não lances olhares desesperados, pois eu sou teu Deus; eu te fortaleço e venho em teu socorro, eu te amparo com minha destra vitoriosa.”

É com satisfação que apresento a coletânea que organizei a partir do “Grupo de Estudos da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, com ênfase na Atividade Negocial e no Agronegócio”, da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que aborda todas as vertentes relacionadas ao cenário negocial do agronegócio brasileiro e demonstra a possibilidade de seu desenvolvimento no mercado interno e internacional.

Desde já, consigno meus sinceros agradecimentos ao Presidente do Comitê Gestor do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Presbiteriano Mackenzie, Ministro Antonio Cabrera, que gentilmente nos brindou com a apresentação desta obra jurídica; ao atual Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Professor Dr. Gianpaolo Poggio Smanio, que elaborou o prefácio; assim como, ao Diretor à época, quando iniciamos a estruturação do Grupo de Estudos, Professor Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto, que respaldou nosso projeto e; aos demais docentes da academia, na pessoa do Coordenador da Faculdade de Direito, Prof. Dr. Carlos Eduardo Nicoletti Camillo e à Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Profa. Dra. Michelle Asato Junqueira, que tanto nos auxiliaram nos momentos necessários para composição dos expedientes de trabalho.

É oportuno ressaltar que tivemos o total apoio e a participação efetiva do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica da Universidade Presbiteriana Mackenzie, nas pessoas dos Professores Vladimir Fernandes Maciel e Allan Gallo Antonio, cuja contribuição neste livro, com o artigo - “Brasil, China e Hong Kong: o que podemos aprender sobre liberdade

econômica?” –, engrandeceu nossa conjuntura literária e certamente nos remeteu a um alto nível de profissionalismo acadêmico e de pesquisa.

Registro um especial reconhecimento ao Dr. Guilherme Carramaschi de Araujo Cintra, meu estimado amigo desde os bancos da Faculdade de Direito – mackenzista de carteirinha –, que participou de todos os encontros e reuniões do Grupo de Estudos – à época como presidente da Comissão Especial de Agronegócios e Relações Agrárias da OAB/SP –, sempre acrescentando ensinamentos e importantes reflexões sobre o agronegócio, pecuária, meio ambiente e o mercado de commodities em geral, no Brasil e no exterior.

É importante consignar que nosso Grupo de Estudos se reunia aos sábados, portanto, fora do horário letivo, para não conflitar com a grade horária preestabelecida pela instituição; deste modo, faço um especial agradecimento aos discentes que assiduamente participaram e também contribuíram com excelentes artigos para a composição desta obra jurídica, relacionando-os: Flávio Machado Barbosa, Guilherme Pereira Alves, Pedro Falkemback Farina, Thaís da Silva Lima, Felipe Figuerola Tenerelli, Fernando Franco de Paula, Victor Rodini Issa, Valter Augusto Di Profio Felix, Ciro Sicurato Gomes, Leonardo Arruda Yu, Amanda de Castro Antunes, Josiane Fernandes Carvalho Tesser, Mariana Rossi de Souza, Beatriz Spitti Mendes da Silva, Isabella Ortiz Gomes, Raquel Gonçalves Camargo, Luiz Octavio Gonçalves Carvalho, Beatriz Galvão de Barros, Ana Vitória Franceschi.

Esclareço, por oportuno, que todos os artigos colacionados foram, absolutamente, selecionados em razão de sua respectiva qualidade técnica e por conta do currículo de seus autores; contudo, antes de apresentá-los, um a um, individualmente, gostaria de registrar uma singela homenagem a alguns deles:

Professores Vladimir Fernandes Maciel e Allan Gallo Antonio, pelo estímulo, incentivo e apoio através do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Torcemos para que muitos outros projetos sejam possíveis para consolidar a parceria entre o Centro de Liberdade Econômica e a Faculdade de Direito.

Professores Cláudio Finkelstein e Maria Eugênia Finkelstein, juristas conceituados no Brasil e no exterior, caracterizam-se pela racionalidade e excelência profissional. Equilíbrio, imparcialidade, idoneidade, correção e competência são as referências que tenho sobre o casal. Sou colega de ambos na PUC/SP, onde lecionamos no mesmo departamento. Seus textos engrandeceram esta obra e sem dúvida aprofundaram a temática

e sua investigação acadêmica. De plano, externo a alegria e deferência em tê-los aqui conosco.

Paulo Sérgio Nogueira Salles Jr. (Paulinho, como costume chamá-lo), meu dileto amigo, registro que esse livro não sairia sem a ajuda do Paulinho – não preciso dizer mais NADA.

Pedro A. L. Ramunno, jovem professor, com grande capacidade e aguda inteligência.

João Petroni, desde os tempos que frequentávamos, como estagiários, os corredores e os cartórios do Fórum João Mendes, no início dos anos de 1990, cada qual, portando umas 40 fichas cada um, que representavam 40 processos que precisavam ser vistos (e, detalhe, conseguíamos verificar o andamento de todos os processos e não perdíamos nenhum prazo). Atualmente, João Petroni, além de ser um advogado conceituado, diligente, conhecido por sua capacidade, combatividade e, principalmente, por sua idoneidade moral e profissional, também se caracteriza por sua simpatia e cordialidade.

Alberto Murray Neto, de longa data é uma referência no Direito Empresarial e Societário, com forte viés internacional; trabalhamos por longos anos, em parceria, na presidência da Junta Comercial do Estado de São Paulo, com foco no cidadão e na melhoria da qualidade do serviço público. Este é o segundo livro que escrevemos juntos e, em breve, faremos o terceiro e um quarto. Participar da elaboração de livros ao lado do Alberto é sinal de sorte!

Vicente Bagnoli, começamos a dar aula juntos no Mackenzie em 2003. Hoje, o Vicente é uma das maiores autoridades do Direito Econômico no Brasil. Seu pai era amigo do meu saudoso pai – motivo mais do que suficiente para continuarmos nossa já sólida amizade.

Luiz Fernando Visconti, um dos mais admirados e conceituados advogados na área da mineração, meio ambiente e processo civil do Brasil. Conheço o Luiz Fernando desde a década de 1990 e até hoje continua com as mesmas características: seriedade, idoneidade e competência.

Thomas Law, além de meu particular e fraternal amigo, também, posso afirmar, um advogado e professor com qualidades singulares. É detentor de grande cultura jurídica e é fluente em diversas línguas. Tem uma capacidade de trabalho gigantesca (nunca vi nada igual). Às vezes acho que o Thomas consegue trabalhar 24 hs por dia e, ainda, no dia seguinte, consegue estar mais disposto que todos os outros seus companheiros e colegas de escritório – algo quase que sobrenatural – incrível!

Jeanicolau Simone de Lacerda, Jean, como costume chama-lo, traz em seu artigo a interdisciplinaridade que este livro pretende transmitir.

Jeanicolau é engenheiro agrônomo e, como tal, apresenta uma visão multifacetada do tema, sob as mais variadas nuances. Jean, além de um profissional com protagonismo em sua área de atuação, agrega no dia a dia uma conduta cordial, respeitosa e recheada de ideias serenas e sensatas.

Walfrido Warde, sem dúvida alguma, um dos maiores advogados do Brasil. Walfrido consegue unir seu farto conhecimento jurídico teórico, com sua extrema profundidade filosófica. Sua aguda capacidade e percepção prática o alçam a um patamar diferenciado na advocacia. É um excelente profissional, combativo e diligente; também, é um valoroso ser humano com conceitos e princípios sólidos fazendo-o ter uma rara sensibilidade acerca dos problemas políticos, sociais e, principalmente, com uma visão das gigantescas desigualdades que o Brasil enfrenta. Seu artigo foi escrito com o brilhante advogado Rafael Molinari, que é detentor de profundo conhecimento na área do agronegócio brasileiro, seja no âmbito comercial, quanto nos aspectos jurídicos negociais. Trata-se, sem dúvida nenhuma, de um dos nomes mais importantes do agronegócio brasileiro.

Ricardo Martins Amorim é sócio de Chamon, Santana Advogados. Atua na área de insolvência (reestruturações e renegociações de dívidas, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais e falências) e contencioso empresarial judicial e arbitral. Me foi apresentado por seu sócio, o advogado Ricardo Chamon, que conheço há mais de 30 anos. Por isso mesmo que não posso deixar de consignar, aqui, umas poucas mas verdadeiras palavras acerca de Ricardo Chamon, a quem, desde já, presto minhas homenagens. Trata-se de um profissional inteligente, com opiniões ponderadas, sempre antenado com realidade, sabendo refletir a respeito de visões contrárias e com saídas jurídicas ímpares, que só os melhores juristas conseguem vislumbar.

Ecio Perin, além de professor conceituado e renomado no Brasil e no exterior, transita como poucos nas áreas do Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor. Já tive a oportunidade de ter participado de inúmeros trabalhos acadêmicos e profissionais com Ecio Perin, atestando, portanto, sua enorme capacidade, inteligência, integridade e incontestável simpatia.

A todos vocês, **MUITO OBRIGADO!**

Explico, desde já, que não exarei uma manifestação englobando e mencionando todos os autores deste livro, porque, infelizmente, muitos deles, ainda, não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente e, portanto, não possuo a devida aproximação para definir um perfil nestas mal traçadas linhas. Entrementes, a seguir, individualmente, apresentarei todos os

textos e seus respectivos autores, registrando meus agradecimentos aos que não foram citados, mas que igualmente são absolutamente merecedores de toda deferência pela contribuição a esta obra jurídica, assim vejamos:

- Brasil, China e Hong Kong o que podemos aprender sobre liberdade econômica?” de autoria de Vladimir Fernandes Maciel e Allan Gallo Antonio.

- Dos Títulos Utilizados Pelo Agronegócio, Autoria Maria Eugênia Finkelstein; A aplicação da CISG na compra e venda internacional de commodities agrícolas, Autoria Cláudio Finkelstein.

- Da relevância empresarial da declaração de direitos de liberdade econômica, lei 13.874/2019, no cenário negocial do agronegócio brasileiro: Autoria de Armando Luiz Rovai e Paulo Sérgio Nogueira Salles Jr.

- A Dupla Crise do Empresário Rural: Autoria de João Marcelo Novaes Risi e Pedro A. L. Ramunno –

- A Recuperação Judicial e o agronegócio: uma análise acerca da possibilidade da aplicação desse instituto ao produtor rural. Autoria de Flávio Machado Barbosa, Guilherme Pereira Alves, Pedro Falkemback Farina e Thaís da Silva Lima.

- Investimento nacional no agronegócio brasileiro: Autoria de Felipe Figuerola Tenerelli, Fernando Franco de Paula e Victor Rodini Issa;

- Trading companies. – Características básicas e aspectos legais: Autoria de Valter Augusto Di Profio Felix, Ciro Sicurato Gomes e Leonardo Arruda Yu;

- Código Florestal e o Agronegócio Brasileiro: Autoria de Amanda de Castro Antunes, Josiane Fernandes Carvalho Tesser e Mariana Rossi de Souza.

- A Sustentabilidade no Agronegócio Brasileiro: Autoria de Beatriz Spitti Mendes da Silva, Isabella Ortiz Gomes e Raquel Gonçalves Camargo.

- Aspectos Jurídicos na Logística do Agronegócio no Brasil: Autoria de Luiz Octavio Gonçalves Carvalho, Beatriz Galvão de Barros e Ana Vitória Franceschi.

- Agrotóxicos: aspectos jurídicos e possíveis impactos. Enfoque analítico sobre as delimitações do PL nº 6.299/02 e da lei nº 7802/89: Autoria de João Pedro Sab Zacharias.

- A manutenção da Propriedade rural pela legislação vigente: planejamento sucessório do patrimônio rural de produtores. Autoria de Vittorio Angotti Ledier Rocha.

- Do dever de aplicação do “estatuto da terra” a todos os contratos agrários típicos, até que sobrevenha lei que o revogue, e do precedente da terceira turma do superior tribunal de justiça. Autor: João Petroni

- Transações Imobiliárias no Brasil e Aquisição de terras rurais por entidades estrangeiras: Autoria de Alberto Murray Neto

- A ordem econômica constitucional e a atuação do Estado frente ao uso de combustíveis renováveis: perspectivas do programa RenovaBio. Autoria de Ana Paula Bagaiolo Moraes e Vicente Bagnoli

- O investimento estrangeiro no agronegócio sob o prisma do liberalismo econômico: Autorias de Anna Gabriela Rebouças e Arthur Rapchan Bezerra.

- O Meio Ambiente e a atividade agrícola no Brasil: Autorias de Guilherme Carramaschi de Araujo Cintra e Rodolfo Ricco Moro

- Mineração e Agronegócio no Brasil e no mundo: Características, semelhanças e intersecção. Autorias de Luiz Fernando Visconti e Caio Mimessi Fransani

- Comentários acerca do impacto da Covid-19 nos Contratos Internacionais de Commodities Agrícolas entre o Brasil e a China – uma análise dos riscos imprevisíveis: art. 79 da CISG, cláusula hardship e força maior –: Autoria de Thomas Law

- Mercado da madeira tropical e a liberdade econômica, Autoria de Jeanicolau Simone de Lacerda.

- Breves Delineamentos Sobre A Arbitragem No Agronegócio, Autoria de Walfrido Warde e Rafael Molinari Rodrigues.

- A liberdade econômica e o reflexo das insolvências transnacionais, em um ambiente de globalização, Autoria de Écio Perin Junior.

- A Influência De Um Conceito Econômico No Desfecho De Um Litígio Que Pode Impactar Considerável Parcela Do Setor Sucroalcooleiro, Autoria de Ricardo Amorim.

- Agronegócio e seus desdobramentos durante a pandemia do Covid-19, Autoria de Paulo Sérgio Nogueira Salles Júnior e Giovanna Navarro.

Fica claro, portanto, que nossa publicação buscou, de maneira obstinada, introduzir interpretações e considerações acerca da Liberdade Econômica em consonância com o agronegócio, o qual, efetivamente, movimenta significativa parcela do Produto Interno Bruto brasileiro. Todavia, nosso intuito, também, foi não olvidar de que a própria sustentação e desenvolvimento do agronegócio dependem da preservação do meio ambiente, como pauta permanente na temática nacional.

Esta obra coletiva tem um intuito multidisciplinar apresentando artigos de professores, advogados, técnicos e acadêmicos, a fim de perquirir os suportes e as bases da *Liberdade Econômica e do Agronegócio*, reverberando

a genuína importância “acadêmica e jurídica” dos textos para a contínua evolução do direito, sempre à luz da evolução do agronegócio e da proteção do meio ambiente.

Cumpra desejo votos de uma excelente leitura e de motivação ao debate acadêmico com rigor científico e doutrinário. Aproveito para agradecer a essencial contribuição de toda a equipe da Editora D’Plácido que possibilitou essa produção literária de rara qualidade jurídica.

Como derradeiro, gostaria, de prestar uma singela homenagem à Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, a qual mantenho laços desde o ano de 1989, quando iniciei meus estudos na graduação, no primeiro ano da faculdade e, até hoje me encontro vinculado (como docente a partir de 2003), mas com a mesmíssima relação – de consideração, respeito, enfim, de puro amor pelo Mackenzie!

Armando Luiz Rovai

Possui graduação em Direito pela Universidade Mackenzie (1993), Mestrado em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2003) e Doutorado em Direito pela PUC-SP (2006). É Professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie onde, também, é Chefe do Núcleo de Direito Comercial. É Professor de Direito Comercial da PUC/SP. Foi Secretário Nacional do Consumidor – SENACON- MJ. Foi Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo – por 04 mandatos. Foi Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo. Foi Chefe de Gabinete da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Atualmente, é Professor, Árbitro, Parecerista e Advogado em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília e Coordenador da Revista de Direito Bancário e Mercado de Capitais – RDB (RT).
- Inverno de 2020



Um dos temas mais atuais e relevantes no cenário negocial brasileiro, relacionando o agronegócio com a Lei de Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019).

À luz do momento histórico que presenciamos, o livro conta com artigos sobre a perspectiva desta atividade produtiva em momentos de pandemia, bem como da possibilidade de aplicação do instituto da recuperação judicial ao produtor rural, sendo uma forma bastante eficaz de propiciar condições mais favoráveis para saída da crise.

Trata-se, pois, de uma leitura essencial para o desenvolvimento da atividade negocial e, principalmente, do agronegócio no Brasil.”

Gianpaolo Poggio Smanio

Doutor em Direito PUC/SP. Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor Titular da Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado. Foi Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo por dois mandatos – 2016/2020



ibrachina
instituto sociocultural
Brasil • China

ISBN 978-65-5589-072-3



9 786555 890723